



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 567386 - SP (2020/0070846-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MARIA CAMILA AZEVEDO BARROS - SP420671
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MYLENA BARBOSA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MYLENA BARBOSA DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no HC n.º 2282906-68.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que a Paciente foi presa em flagrante, em 14/12/2019, pela suposta prática do crime previsto nos arts. 33, *caput*, e 40, inciso III, da Lei n.º 11.343/2006, porque, no interior de estabelecimento prisional, trazia consigo **93,7 gramas de maconha e 48 gramas de cocaína**. A prisão foi convertida em preventiva pelo Juízo de primeira instância.

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus*, cuja ordem foi denegada pela Corte local (fls. 36-47).

Neste *writ*, a Defesa sustenta que não houve fundamentação idônea para o decreto de prisão preventiva.

Aduz que a Paciente é primária e possui bons antecedentes.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão de liberdade provisória à Paciente, cumulada ou não com medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório inicial. Decido o pedido urgente.

Na hipótese, verifica-se, em juízo prelibatório, a existência de ilegalidade apta a ensejar o deferimento da liminar pretendida.

O Magistrado de piso, ao converter a prisão em flagrante em preventiva, consignou que (fls. 28-29):

"[...]"

Consta dos autos que durante verificação de imagem da autuada no aparelho body scanner, cadastrada no rol de visitas do detento ANDERSON MATEUS DA SILVA, agentes de segurança penitenciária observaram imagem ovalada próxima à região pélvica, atípica da anatomia humana. Indagada, a autuada negou qualquer material ilícito em seu corpo. Encaminhada a uma unidade de pronto atendimento para a realização de RX abdominal, com o que a visitante concordou, a mesma manteve a versão de que não portava nada consigo, sendo constatado pelo médico de plantão que havia um corpo estranho na região pélvica da autuada. Na delegacia, acabou por informar que realmente portava drogas. Retirou uma embalagem de suas partes íntimas e entregou-a às agentes. Foi constatado que se tratava de uma porção de maconha, com peso aproximado de 93,7 (noventa e três gramas e sete miligramas), e uma porção de cocaína, com peso aproximado de 48 (quarenta e oito) gramas. Há prova da materialidade e indícios da autoria delitiva, consistentes no auto de exibição e apreensão, no auto de constatação de substância entorpecente e nos depoimentos de policiais que efetuaram a prisão. O crime imputado à autuada é doloso, punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos e equiparado aos crimes

hediondos. A dispersão incontrolável de drogas tem sido catalisadora da escalada de violência constatada em todos os segmentos da sociedade, notadamente no litoral norte paulista. Segue que a concessão das medidas alternativas à prisão é inadequada em tais hipóteses, pois há necessidade de salvaguardar a ordem pública, violada pela grave conduta imputada à autuada, a exigir atuação imediata e enérgica por parte do Poder Judiciário, como medida efetiva de repressão a tais delitos. Ademais, a conduta voltou-se para o ingresso de drogas em estabelecimento prisional, ensejando maior reprovabilidade dos fatos. Ante o exposto, com fundamento nos artigos 310, II e 312, do Código de Processo Penal, converto a prisão em flagrante de MYLENA BARBOSA DA SILVA em preventiva.

[...]."

A prisão preventiva, para ser legítima à luz da sistemática constitucional, exige que o Magistrado, sempre mediante fundamentos concretos extraídos de elementos constantes dos autos (arts. 5.º, incisos LXI, LXV e LXVI, e 93, inciso IX, da Constituição da República), demonstre a existência de prova da materialidade do crime e de indícios suficientes de autoria delitiva (*fumus comissi delicti*), bem como o preenchimento de ao menos um dos requisitos autorizativos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, no sentido de que o réu, solto, irá perturbar ou colocar em perigo (*periculum libertatis*) a ordem pública, a ordem econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

Além disso, de acordo com a microrreforma processual procedida pela Lei n.º 12.403/2011 e com os princípios da excepcionalidade (art. 282, § 4.º, parte final, e § 6.º, do CPP), provisionalidade (art. 316 do CPP) e proporcionalidade (arts. 282, incisos I e II, e 310, inciso II, parte final, do CPP), a prisão preventiva há de ser medida necessária e adequada aos propósitos cautelares a que serve, não devendo ser decretada ou mantida caso intervenções estatais menos invasivas à liberdade individual, enumeradas no art. 319 do CPP, mostrem-se, por si sós, suficientes ao acautelamento do processo e/ou da sociedade.

No que diz respeito especificamente ao tráfico de drogas, não obstante seja legítima, em termos de política criminal, a preocupação com o seu alastramento na sociedade, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que fundamentos vagos, aproveitáveis em qualquer outro processo, como o de que se trata de delito ligado à desestabilização de relações familiares ou o de que se trata de crime que causa temor, insegurança e repúdio social, não são idôneos para justificar a decretação de prisão preventiva, porque nada dizem acerca da real periculosidade do agente, que só pode ser decifrada à luz de elementos concretos constantes dos autos.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do HC n.º 84.078/MG, Rel. Ministro EROS GRAU, decidiu que a custódia cautelar só pode ser implementada se devidamente fundamentada, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. A referida orientação deve ser adotada por todos os Tribunais Pátrios, como forma de se tornar mais substancial o princípio constitucional da presunção de inocência.

Nesse sentido, constata-se que, embora o decreto constitutivo faça menção ao fato de se tratar de ingresso de drogas em estabelecimento prisional, deve-se atentar que a quantidade de drogas apreendida, no caso, **93,7 gramas de maconha e 48 gramas de cocaína**, não é capaz de demonstrar, por si só, o *periculum libertatis* da Paciente.

Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para determinar, até o julgamento final do *writ*, a soltura da Paciente, se por outro motivo não estiver presa, advertindo-a da necessidade de permanecer no distrito da culpa e atender aos chamamentos judiciais, sem prejuízo de nova decretação de prisão provisória por fato superveniente, a demonstrar a necessidade da medida, ou da fixação de medidas cautelares alternativas (art. 319 do Código de Processo Penal), desde que de forma fundamentada.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ao Juízo de primeira instância, encaminhando-lhes cópia da presente decisão e requisitando informações pormenorizadas acerca do alegado na presente insurgência, por meio das quais deverão constar a respectiva senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora